

O Legislativo e sua imagem

13 JUL 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

O Congresso, a quem incumbirá a revisão constitucional, votada pela maioria absoluta dos senadores e deputados e em sessão unicameral, precisa recuperar seu conceito perante a opinião pública — e depressa. Números de pesquisa, que foi divulgada agora, indicam que o Legislativo instalado em Brasília é confiável apenas para 37% dos brasileiros. É curioso assinalar que no Peru, onde o presidente Alberto Fujimori, a pretexto de combater a corrupção e pôr ordem na economia, fechou o Parlamento, 40% da população ainda acredita nessa instituição. A conclusão a extrair de tais porcentagens é sombria e pode levar a equívocos dramáticos.

No entanto, ninguém de boa-fé negará que a reabilitação desses mesmos senadores e deputados só depende deles, e de ninguém mais.

Cumpram o mandato com dedicação e competência; livrem-se da imagem corporativista com que se confundiram; trabalhem durante toda a semana; cessem de *se aumentar*; renunciem aos *trens*

da alegria; atendam o Executivo na deliberação sobre projetos de interesse nacional, sem tentar consumir barganhas para fazer o favor de aprovar aquilo que têm obrigação de encaminhar à sanção presidencial; dêem exemplos de isenção e compreensão para que se saiba que estimam devidamente a extensão da grave conjuntura que o País atravessa, e farão por merecer o favor popular.

As medidas que, acolhidas pelos parlamentares, haveriam de granjear-lhes bons ibopes, podem ser objeto de poucos exemplos, mas todos eloquentes. Eles terão de engajar-se na adoção das medidas de contenção de despesas defendidas pelo ministro da Fazenda; de não criar embaraços, no Senado, à venda de empresas estatais deficitárias, com o que evitarão a sangria do Erário e estarão colaborando, com a privatização de tais empresas, para diminuir o déficit público, matriz da inflação; ou haverão de votar boas reformas eleitoral e partidária, antes da revisão constitucional; e de, *last but not least*, não arrefecer no *animus*

investigandi com que se dedicaram a apurar tudo o que veio à tona na CPI do PC, e levar adiante outras CPIs.

Que tal instaurar a CPI da Seca, para qualificar e quantificar o uso indevido de recursos e máquinas do Dnocs? Afinal, que fim levou essa CPI, cujos trabalhos já deveriam ter sido iniciados desde o final de abril, visto que ela reunira número de assinaturas necessário a que se compusesse?

A pesquisa, cujos resultados são aqui comentados, teve como objetivo medir as preocupações e o grau de confiança do povo nas instituições dos países que estarão representados na 3ª Conferência de Cúpula Ibero-Americana, que está prestes a reunir em Salvador chefes de Estado e de governo da América Latina, da Espanha e de Portugal.

O prestígio do Congresso está nas mãos da maioria dos que o integram. Poderá haver esperança de que senadores e deputados entendam as graves responsabilidades que têm sobre os ombros e se comportem à altura delas?